

Estamos a uma semana de eleições na A.A.C. Em Assembleia Magna, decidimos que o programa do M.E. fosse "construído", não apenas ratificado - por todos nós, a partir das formas básicas de organização, os cursos e a Faculdade. Significa isto que tal programa (e a lista do mesmo mg do escolhida) serão o efectivo resultado da convergência dos interesses das mais alargadas esquadras de estudantes e das opções do momento necessárias (e possíveis) para o M.E., entendido como luta unitária e de massas.

Urge, portanto, que rapidamente passemos à concretização deste projecto, inserido no desenvolvimento da prática do último ano: a nossa contribuição, dinâmica, porque envolvendo ab org directa participação, apresentação e votação de propostas concretas é para tal condição sine qua non.

Teremos também que especificar os mecanismos da escolha dos Corpos Gerentes que se vincularão a promover a colectiva prossecução do programa assim elaborado, bem como dos meios de coordenação imediata da tarefa eleitoral com as outras Faculdades.

Estes os aspectos fundamentais do processo eleitoral em marcha, retardado ainda, mas que por isso mesmo tem que ser, tanto quanto possível intensificado.

Surgem as eleições deste ano rodeadas de toda uma série de condicionalismos, interiores e exteriores ao M.E., que lhes dão particular relevância, não obstante as limitações que, entre outros factores, a tardia época da sua realização lhes possa contrapor.

Entendeu-se em Junta Aberta ser conveniente e em nada prejudicial à democraticidade do processo a tentativa de enquadramento do momento estudantil em Coimbra, o qual envolve um levantar de questões que forçosamente teremos de considerar (ou reconhecer a necessidade de o fazer) para o rezoável cumprimento da presente tarefa: - Estão ainda os estudantes empenhados na anulação dos danos resultantes da sua actividade no movimento - inventariando-os e buscando os meios de os suprir: desde a oposição às medidas repressivas actuais ou ameaçadas, à recuperação das cadeiras e bolsas de estudo perdidas.

O grau mais ou menos intensivo da luta estudantil a nível local e nacional; as substituições (mais ou menos reais) no M.E.N. e da equipa administrativa da Universidade; a "súbita absorção" pelas autoridades de alguns dos temas reivindicativos do M.E. (Reforma e Democratização do Ensino, Participação, etc.) o sentido dessa absorção e os interesses de toda a ordem que lhe estejam subjacentes - são o pano de fundo imediato sobre que nos movemos.

Estas realidades que nos cercem exigem de nós uma (ainda que provisória) adaptação e a preparação da melhor forma de, através de todas as variações conjunturais, prosseguirmos (aprofundando-os) os nossos objectivos.

Estratégicamente centrados estes sobre a Universidade e a Reforma do Ensino ao serviço do País, visava o projecto de Organização da A.A.C. uma (mais ou menos conseguida, não importa agora) íntima ligação aos cursos; alargada as dimensões da luta a partir de 17 de Abril e de então para cá passando por vicissitudes diversas de todos conhecidas (e que não cabe aqui historiar ou analisar) reconhecem os estudantes, com o processo eleitoral a decorrer, a necessidade de decisivamente radicar nas faculdades as suas bases de organização.

Este panorama, por incompleto talvez um tanto distorcido, da actual fase do M.E. em Coimbra. Permite no entanto desde já uma tentativa de tosca introdução liminar à problemática

- A nossa experiência no Movimento Estudantil:

- . O que tem sido a A.A.C.
- . Necessidades sociais dos estudantes (alimentação, saúde, transportes, alojamento, previdência...)
- . Auto-gestão e co-gestão dos serviços. Instalações Académicas.
- . Luta Sindical? Porquê? O que é o sindicalismo estudantil: representatividade, neutralidade, unidade e exclusividade das Associações de Estudantes. Luta de massas. Luta sindical e política.
- . A legislação circum-escolar (anti-estudantil) e os Estatutos impostos à A.A.C.
- . Passos a dar para a U.N.E.P.

- Sindicalismo Estudantil, Universidade, Poder Público e Nação:

- . O estudante mere utente dos serviços públicos?
- . Função e situação sócio-profissional dos estudantes.
- . Educação, Desenvolvimento Económico.
- . Liberdade, Responsabilidade e harmónico desenvolvimento da personalidade intelectual, moral e cívica.

- A Universidade

- . Ensino para quem?
- . Origem social dos estudantes- Selecção económica, bolsas, pré-salário; desigualdades de base (alimentação, condições sanitárias e assistência médica; ambiente cultural "savoir faire, savoir dire").
- . Acesso, Ensino Infantil, Primário e Médio: o exame selectivo e competitivo; o exame de aptidão; Numerus clausus de admissão?

- Ensino para quê?

- . Relação trabalho manual e intelectual e respectiva hierarquia económica e social.
- . Investigação, Cultura, Educação Permanente.
- . Diversos cursos e planos de estudo. Adequação às necessidades do país ("classes trabalhadores inclusive!")
- . A separação entre disciplinas científicas e humanidades. Cultura ou pseudo-cultura? A não existência de ensino e investigação de ciências humanas. Será a planificação de cursos apenas técnicos, ideologicamente neutre?
- . Diplomas para quê? Profissões liberais. Os juristas. A aplicação social da ciência

- Ensino como?

- . Pessoal docente (currículum, selecção ideológica? Regime de prestação de serviços, coeficiente professor/alunos etc.)
- . Instalações - (salas de aulas, bibliotecas - Quem e com que base em que critérios adquire livros, funcionamento, etc.) - Salas para alunos, etc...
- . Prática pedagógica: Aulas teóricas, abertas; aulas práticas, poder dos alunos sobre a programação das matérias.
- . O controle do ensino: o exame, as faltas, etc.

- O poder na Universidade

- . Administração centralizada, burocrática (o M.E.N., o Reitor , o Senado, os Directores de Faculdade, os Conselhos Escolares). A cétedra vitalícia.
- . Legislação disciplinar. O decreto militar. Onde os estudantes?

- Reformas da Universidade:

- . Será possível uma profunda reforma do ensino sem a prévia democratização da função social da Universidade ? Qual a reforma anunciada? O que é para o Governo (e para nós) ?
- . Democratização do Ensino.
- . Formação dos quadros superiores, "Tecnocratização" e democratização do Ensino.
- . Participação na Reforma. Como podem ou não os estudantes agir em relação à Reforma do Ensino ? Diálogo "imposto" e Diálogo paritário . A conquista de posições para o diálogo.
- . Reforma e intervenção de entidades estranhas à Universidade. Porquê as empresas?

- Autonomia da Universidade:

- . Mito ? Objectivo estratégico válido ?
- . Auto-gestão universitária (por estudantes, professores e investigadores.)
- . Autonomia financeira: como concebê-la ? As dotações orçamentais para a educação.
- . Autonomia Ideológica: haverá investigação séria sem livre crítica ? Os mecanismos de segregação da ideologia dominante ?
- . Autonomia Pedagógica: será possível sem autonomia ideológica ?

- A participação dos estudantes no governo da Universidade:

- . Será eficaz, se não paritário no mínimo ? Vale a pena conquistar pelo menos (mas só) publicidade nos "conselhos de mandarins" ?

- A Universidade, a Juventude e os grandes problemas nacionais.

É este um ligeiríssimo resumo sobre a Universidade que cada estudante (jovem que cada vez mais é - e tem que ser - trabalhador intelectual livre e responsável) todos os dias encontra diante de si; nela acontecem factos que altamente o interessam como indivíduo, como solidário membro do agrupado estudantil e da sociedade em que vive. Que formas de organização estruturar para melhor prosseguir os objectivos do M.E. na Universidade e no país ? Que processos de luta utilizar, que apoios fora de si conseguir ? Voltamos assim ao seio mesmo da luta estudantil.

O M.E. na Faculdade -

- As reivindicações gerais do M.E.; e participação dos estudantes de Direito na sua definição e actuação.
- O ensino na Faculdade. Urgentes alterações pedagógicas. O director de Faculdade e o Conselho Escolar.
- O curso e cada uma das cadeiras... Juristas para quê ?
- Como integrar a nossa luta "suetorial", as nossas reuniões do curso e da Faculdade, as nossas estruturas representativas aluitas na luta de organização e definir para o M.E. ?-As Juntas e a Direcção da A.A.U.
- REIVINDICA OS TEUS INTERESSES, SUGERE, PROPÕE. VOTA.

J. D. D.

DIREITO - ELEIÇÕES -- DIREITO - ELEIÇÕES

Realizou-se ontem a anunciada Assembleia da Faculdade com a frequência superior à que se tem vindo a registar desde o início do terceiro período e da época de exames semestrais.

Iniciou-se a apresentação e discussão de propostas tendentes à corporização de programa para as próximas eleições. Não se fez votação e decidiu-se a publicação de todas as propostas apresentadas, qualquer que tenha sido o acolhimento por elas obtido. A sua publicação imediata importará deste modo para o alargamento da discussão que a todos os níveis e em todos os locais contribua para a máxima utilidade e eficiência do processo eleitoral em curso. Tentou-se aqui apresentar alguma da argumentação aduzida à volta das propostas feitas, quando facilmente sistematizável.

Informamos ainda que será distribuído na nossa Faculdade um inquérito elaborado pela Junta de Letras.

PROPOSTAS DE CARACTER GERAL

Cum bases para o programa do Movimento Associativo a reunião inter-juntas recomenda às Juntas de Delegados para discussão nas respectivas Faculdades, os seguintes pontos:

1. Resolução das sequelas da crise - "normalização" - entendendo-se já por isto que a normalização que fundamentalmente interessa é aquela que diz respeito à grande massa dos estudantes: novas épocas e condições de exames, bolsas, etc.;
2. Definição de uma correcta política de participação estudantil a todos os níveis e ainda um módulo, o mais correcto possível, de articulação das estruturas associativas, desde as organizações de curso à AAC e Assembleia Magna. Deve ainda encarar-se a definição de uma justa norma de funcionamento e gestão interna da AAC;
3. Considerar que pontos de ordem geral que ainda não foram amplamente discutidos pelos estudantes, como reforma, democratização, participação, função social da Universidade e condição estudantil, não devem ser considerados programa teórico num sentido exaustivo. Quando muito poderão elaborar-se textos polémicos quanto a estes problemas, não se formulando conclusões, excepto nos casos em que os estudantes já se tenham pronunciado democraticamente. Deve, pois, considerar-se que o que é programático quanto a estes pontos é a vinculação das organizações do movimento associativo e nomeadamente da lista a constituir, a promover, de acordo com as condições existentes, amplas discussões acerca dos problemas referidos, de modo a permitir que o movimento associativo vá chegando a um futuro próximo a conclusões sobre eles.

A R.I.J. recomenda ainda o seguinte modo de actuação às Juntas de Delegados das Diversas Faculdades:

1. Constituição em cada Faculdade, de uma comissão coordenadora das discussões sobre o programa e redactora do projecto final da Faculdade;
2. As comissões de Faculdade reunidas constituirão uma comissão coordenadora geral e redactora do projecto final do programa;
3. Internamente, e em cada Faculdade, os processos de actuação serão da responsabilidade da respectiva Junta de Delegados.

POSSIVEL SUMARIO DO PROGRAMA

- 1. Os pontos votados em Assembleias Magnas anteriores para a normalização da vida académica;
- 2. Reivindicações pedagógicas das diversas Faculdades;
- 3. Organização da luta sindical e integração das estruturas de curso;
- 4. Passos a dar para UNEP: propõe-se a criação de serviços de informação permanente e eficazmente estruturados entre as diversas associações e pré-associações.

ASSEMBLEIA DE 22-4

A que período de gerência dirão respeito estas eleições? Só até Novembro? Para o próximo ano?

Os estudantes é que deverão decidir na altura própria. Este problema relaciona-se com a denúncia dos Estatutos impostos pelo Governo: integrado na questão geral da escolha da data considerada óptima para as eleições.

A propósito: tarefa prioritária é a luta contra a legislação circum-escolar: basta ver que a Assembleia Magna a põe em causa.

Reivindicações imediatas: nunca esquecer a sua inserção dinâmica na luta mais ampla.

RELAÇÃO ESTRUTURAS DE CURSO-DIRECÇÃO-GERAL AAC

Uma vez que a prática estudantil resultante da crise de 1969 fez surgir, pelo desenvolvimento do trabalho das Juntas de Delegados, o problema da sua articulação com a Direcção no quadro geral do movimento estudantil, torna-se necessário definir concretamente uma solução para esse problema, como parte do programa da lista do movimento estudantil. Assim:

- Considerando que o corpo estudantil se deve exprimir global e unitariamente numa direcção que o represente e o dirija, executando as deliberações da Assembleia Magna;
- que as Juntas de Delegados assumem a dupla função de estruturas destinadas à prossecução dos interesses específicos de cada Faculdade e de estruturas intermédias no quadro geral do movimento, estabelecendo uma ligação permanente entre a direcção e os estudantes,

PROPONHO

- que se reafirme que a Direcção do movimento é a Direcção Geral da AAC, eleita por todos os estudantes e responsável perante a Assembleia Magna, cujas deliberações tem por função executar.
- Que, salvaguardada a sua autonomia no trabalho específico enquanto estruturas de Faculdade, sejam vinculadas pela Assembleia Magna a colaborar com a Direcção-Geral, na execução das deliberações da Assembleia Magna, fornecendo à Direcção todas as informações necessárias à sua acção.

ASSEMBLEIA GERAL DE 22-4

O órgão de decisão dos estudantes é a Assembleia Magna - a luta contra a legislação circum-escolar anti-estudantil implica a firme oposição a qualquer tentativa, por parte das autoridades, de proibir a sua realização ao sabor de conveniências de momento.

- O seu órgão executivo, perante ela directamente responsável, é a Direcção-Geral.
- A Direcção terá que consultar as diversas Juntas reunidas, em

relação à tomada de qualquer iniciativa que diga respeito à condução do movimento estudantil. Deverão estas reuniões ser aproveitadas para conjunta e recíproca (Juntas-Juntas, Direcção-Juntas e Juntas-Direcção) verificação da correcção dos métodos de actuação seguidos, a ser levado aos estudantes em Assembleia Magna e em casos de graves desvios.

- As Juntas deverão dinamizar, dentro das respectivas Faculdades, a luta estudantil; essa dinamização deverá ser coordenada, quando directamente diga respeito aos objectivos gerais e comuns de todos os estudantes, entre todas as Faculdades.
- Sempre que possível, as Juntas trarão às reuniões supra-referidas, posições de Faculdade

ASSEMBLEIA GERAL DE 22-4

Considerando:

1. Que a actividade pedagógica é a própria razão de existência do estudante enquanto tal;
2. que, devido à alínea 1., o departamento pedagógico nunca poderá ser considerado apenas como mais uma das secções da AAC;
3. que no movimento estudantil, enquanto sindical, não deve haver dualidade de poderes;
4. que a função de gerência do edifício da AAC interessa muito pouco à prossecução dos objectivos do movimento estudantil;

Propomos:

1. que as funções de gerência das secções e do edifício passem a ser função de comissões - possivelmente designadas entre os membros da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Lista substituta (para cobertura leg 1, ver estatutos);
2. que a Direcção-Geral, assim liberta de funções burocráticas, deva preocupar-se apenas com a perspectivação constante dos conteúdos de luta que o movimento estudantil venha a assumir;
3. que a direcção promova uma constante saída de textos que levem a uma tomada de consciência cada vez maior sobre "condição estudantil" e "função social da Universidade";
4. que a Direcção-Geral convoque frequentemente a reunião inter-juntas (a funcionar como reunião aberta de quadros).

APRESENTADA COMO DO 3º ANO DE
ENGENHARIA QUÍMICA, ATRAVÉS DA
INTER-JUNTAS DE 21-4

Sobre a proposta anterior:

a proposta vise um estado de coisas diferente do deste ano: a Direcção sai da mesma base que as J.D.. As Juntas têm funções específicas de "comissões de base", portanto mediadoras (se bem que não apenas intermédias) entre a base e a Direcção.

Reforçar a relação Juntas-Direcção. Negar funções deliberativas às Juntas. As Assembleias de Faculdade só têm competência deliberativa para os assuntos específicos de cada escola: os interesses gerais são diferidos a Assembleia Magna.

Os corpos gerentes, segundo os estatutos, são eleitos apenas pelos sócios. Há necessidade de formas organizatórias que integrem todos os estudantes. A revogação dos estatutos. A importância das Juntas.

A pura eleição não assegura a democraticidade: a direcção tem que estar em ligação contínua com os estudantes e com as outras estruturas representativas.

As Juntas devem agir democráticamente. O órgão deliberativo, a nível de Faculdade, é a Assembleia Geral. Importa sobretudo que as Juntas trabalhem correctamente.

Necessidade de um mínimo de questionação sobre sindicalismo estudantil.

SECÇÕES DA AAC

Para evitar aparelhos burocratizados, todas as pessoas que estejam à frente das secções serão eleitas pelos colaboradores.

Lugar da prestação de serviços nas AAEE, serviços sociais da Universidade: controlo estudantil. A cantina. O Gil Vicente e as restantes instalações académicas - abrangendo estádio universitário, palácio dos Grilos, etc.. A situação da Sociedade Filantrópico-Académica.

Definir o papel das secções culturais, que devem visar a crítica dos conteúdos de ensino e a mistificação cultural que o caracteriza; a situação sócio-profissional dos estudantes e a função social dos conhecimentos. Portanto - projecção dessas secções sobre a Universidade, em perfeita correlação com as Juntas e todos os estudantes, nas aulas.

É duvidosa a possibilidade da projecção da actividade das secções culturais sobre a Universidade.

Há absoluta necessidade de um bom departamento de imprensa (ver Instituto Superior Técnico).

As propostas de origem não indicada no fim, foram apresentadas por diversos estudantes na Assembleia de Faculdade de 22-4

J.D.D. 23-4-70

MEDICINA

1 - Por intermédio de inquérito, recentemente emitido, vem a Junta de Delegados de Medicina, pôr-te perante um processo de auscultação directa sobre alguns dos principais problemas do movimento estudantil, permitindo desta forma uma recolha e "avaliação das opiniões correntes", sobre "esses problemas ou quaisquer outros que queiras referir". Daqui a necessidade fundamental de uma ampla participação dos estudantes respondendo, "concoisa mas o mais exaustivamente possível", a cada uma das questões propostas de forma a propiciar um juízo objectivo e directo à cerca da opinião e vontade dos estudantes, unicamente possível com uma larga recolha de material.

O prazo de entrega terminará sábado irpreterivelmente.

- 2 - a) No dia 22 efectuou-se uma Assembleia de Faculdade com vista à discussão do processo eleitoral, tendo sido aprovada a proposta a seguir transcrita:

Considerando:

- 1) O pouco tempo útil de que dispõe a próxima direcção;
- 2) A máxima importância de que se revestirá o trabalho que pode vir a ser desenvolvido pela direcção eleita, para que em Outubro não tenhamos que nos debater com os problemas que nos preocupam actualmente: deficiente teorização, falta de trabalho nos cursos, período de exames, etc;
- 3) Que, face ao pouco tempo de que dispomos para a elaboração do programa, não poderemos ter a validade de o conseguir exaustivo;
- 4) Que deverão ser os estudantes, nas suas reuniões de curso, Assembleia de Faculdade e Assembleia Magna, a elaborarem passo a passo as medidas na altura mais correctas.

Propomos:

- a) Que a lista faça suas as reivindicações definidas em Assembleia Magna - normalização da vida associativa e defesa das garantias referentes às liberdades sindicais das organizações estudantis - para sanar as sequelas da crise;
- b) Que também faça seus os pontos defendidos anteriormente em relação aos problemas gerais do movimento estudantil depois da auscultação directa em Assembleia de Faculdade da vontade dos estudantes;
- c) Que a lista eleita promova e incentive, através da Direcção Geral, das Secções Culturais e Juntas de Delegados, uma constante saída de textos e documentos que sirva de base a uma ampla discussão sobre problemas gerais do movimento estudantil.

tais como:

- 1) Reformas; 2) Democratização do ensino; 3) Participação estudantil;
- 4) Função social da Universidade; 5) Condição estudantil; 6) Conteúdos e métodos de ensino; 7) Contrôlo sobre a aplicação social dos conhecimentos.

- b) Foi também aprovada uma moção tendente à discussão sobre a revisão dos estatutos da A.A.C.

3 -

De acordo com a proposta aprovada em Assembleia Magna de 3/4/70 decidiram os estudantes que "a lista candidata pelo movimento estudantil às próximas eleições da A.A.C. deve ser unitária e representar a vontade e interesses de todos os estudantes (BASE I).

Dentro do espírito da referida proposta, efectue-se hoje, dia 24, uma Assembleia de Faculdade, na qual se procederá à votação dos nomes dos estudantes que irão integrar a lista do movimento estudantil. Para tal, será apresentada e posta à votação uma proposta aprovada em reunião das diversas Juntas de Delegados de 22 de Abril, com a finalidade de unificar o processo de constituição duma lista em todas as Faculdades, que a seguir se passa a transcrever:

- 1) Cada Assembleia de Faculdade votará um conjunto de 14 nomes de sócios eleitores e elegíveis da A.A.C.;
 - 2) O número de votos obtido por cada um desses nomes será anunciado nessa Assembleia, sendo registado pela respectiva Junta, que fará baixar esses resultados a uma reunião entre Delegados das diversas Juntas, aberta a todos os estudantes;
 - 3) Nessa reunião, proceder-se-à ao apuramento geral dos sufrágios obtidos por cada um dos nomes votados nas diversas Assembleias de Faculdade;
 - 4) Esta reunião fará publicar uma informação contendo os sufrágios obtidos por cada um dos nomes votados nas Assembleias de Faculdade;
 - 5) O projecto de Lista será então submetido a uma Assembleia Regna, como lista candidata pelo movimento estudantil.
- Cada estudante poderá, no entanto, rectificar essa lista, eliminando ou substituindo os nomes propostos, por outros constantes do conjunto de sócios votados pelas Assembleias de Faculdade.

NOTA:

1 - Na Assembleia de Faculdade de Ciências, realizada ontem, foi feito "um acrescento ao ponto número-4 que passou a ter a seguinte redacção:

Esta reunião fará publicar uma informação contendo os sufrágios obtidos por cada um dos nomes votados nas Assembleias de Faculdade, incluindo o número de presenças nas respectivas Assembleias."

2 - Emenda semelhante foi votada na Assembleia de Faculdade de Letras.

4 - Proceder-se-à também à discussão do projecto de Programa a ser apresentado para votação em futura Assembleia de Faculdade, para o que se constituirá uma comissão que compilará e apresentará toda uma série de propostas ou noções, aprovadas nas diversas Faculdades, sob a forma de propostas de projecto de programa dos estudantes da Faculdade de Medicina.

ASSEMBLEIA DE FACULDADE
HOJE, 24
15 horas
NO ANFITEATRO DE ANATOMIA

ENTREGA SEM FALTA O TEU INQUERITO

JUNTA DE DELEGADOS
de
MEDICINA

24/4/70